

Senado "destranca" a pauta

O plenário do Senado aprovou, ontem, as duas medidas provisórias (MPs) que trancavam a pauta da Casa. Com isto, foi aberta a possibilidade de votação de matérias de origem do Legislativo que aguardam votação, como a emenda constitucional da senadora Heloísa Helena (Psol-AL) que estende a obrigatoriedade do ensino público em creches para crianças até seis anos. Esta Proposta de Emenda Constitucional (PEC) tramita desde o ano 2000.

A primeira medida provisória aprovada tratava de dois assuntos diferentes. O primei-

ro é o prazo para que os clubes de futebol resgatem os recursos pagos pelas loterias pela utilização dos seus nomes. A MP trata ainda da ampliação do prazo para a campanha de desarmamento.

Devido a um acordo de lideranças, a questão das loterias foi retirada do texto pelo relator, senador Maguito Vilela (PMDB-GO). E foi mantida a prorrogação do prazo de dois meses para o final da campanha de entrega de armas de fogo pela população, estabelecido pela campanha do desarmamento. Como foi alterada no Senado, a matéria

retorna à Câmara onde já havia sido aprovada.

A segunda MP aprovada ontem foi destinada aos recursos extraordinários para os Ministérios da Saúde, da Defesa e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor de R\$ 569,1 milhões.

Ainda na sessão foi encerrada a discussão da emenda constitucional da senadora Heloísa Helena. O líder do governo no Senado, Aloízio Mercadante (PT-SP), apresentou uma emenda à PEC da senadora alagoana e a matéria teve que retornar à CCJ do Senado para a análise da emenda.